



SEMANÁRIO#2602 - 9/9/22

DUELO

Concorda com o plano de resposta à crise apresentado pelo Governo?



As medidas anticrise apresentadas por António Costa dominaram a semana, e dividiram claramente opiniões. O Expresso perguntou a dois professores – os mesmos que já se tinham pronunciado sobre o plano do PSD – o que acham destas medidas e de que forma respondem ou não às necessidades do país

PEDRO BRINCA

SIM Vivemos tempos especiais quando somos a economia da Europa que mais irá crescer em 2022 e mesmo assim estamos a braços com uma crise social. Mas são estes os tempos que uma crise energética e elevada inflação nos trazem. No seu objetivo de travar, o Banco Central Europeu levou a cabo um aumento de 75 pontos base nas taxas de juro diretas, o maior aumento de sempre desde a sua criação. Com a subida da inflação de 8.9% em julho para 9.1% em agosto e o aumento das taxas diretas do Fed Board em 75 pontos umas semanas antes, não havia grande alternativa. Até porque é importante travar a depreciação do euro que atingiu o seu valor mais baixo face ao dólar desde 2002, para evitar inflação importada, principalmente através dos custos do petróleo que é cotado em dólares nos mercados internacionais.

A crise energética será um dos, ou até o principal fator, por detrás deste surto inflacionista. A importância relativa dos preços do gás natural, dos défices públicos





SEMANÁRIO#2602 - 9/9/22

O controlo desta passa necessariamente por alguma dor, por termos de viver com menos. O que não faz sentido é ter o BCE a subir taxas de juro para arrefecer a economia – “latim” para diminuir o consumo e investimento e diminuir pressão sobre preços; e por outro termos governos a dar estímulos orçamentais que a vão aumentar, tornando o trabalho do BCE mais difícil e quiçá motivando futuros aumentos das taxas de juro.

A dor quando nasce raramente é igual para todos. O que nós enquanto sociedade decidimos é que existe um limiar de dor que consideramos inaceitável e que coletivamente, sob a forma de impostos e transferências, estamos dispostos a pagar para que seja evitada.

A disciplina orçamental aqui tem o mérito adicional de não ir contra a luta do BCE

A crise energética será um dos, ou até o principal fator, por detrás deste surto inflacionista. A importância relativa dos preços do gás natural, dos défices públicos em pandemia ou até das expectativas de inflação futura, na origem da elevada inflação atual ditará o acerto de uma política mais ou menos agressiva de subida das taxas de juro para conter a inflação. Mas uma coisa é segura: neste momento a disponibilidade de famílias, empresas e governos para comprar bens e serviços é superior à capacidade da economia para os produzir e é por isso que temos inflação.

O controlo desta passa necessariamente por alguma dor, por termos de viver com menos. O que não faz sentido é ter o BCE a subir taxas de juro para arrefecer a economia – “latim” para diminuir o consumo e investimento e diminuir pressão sobre preços; e por outro termos governos a dar estímulos orçamentais que a vão aumentar, tornando o trabalho do BCE mais difícil e quiçá motivando futuros aumentos das taxas de juro.





SEMANÁRIO#2602 - 9/9/22

Neste contexto o pacote de ajudas do governo tem alguns méritos. Em primeiro mantem o compromisso que assumiu com os portugueses em abril por via do Orçamento de estado: o montante de ajudas será da dimensão do excedente orçamental. A disciplina orçamental aqui tem também o mérito adicional de não ir contra a luta do BCE para baixar a inflação.

Em segundo lugar, introduz dois tipos de condicionalismos que são bem-vindos. O primeiro no âmbito. Faz sentido ajudar quem achamos que está abaixo do tal limiar de dor que consideramos inaceitável. Condicionar as ajudas a determinados níveis de rendimento – como no caso dos 125 euros por trabalhador com um salário bruto abaixo dos EUR2700 – faz sentido. O segundo é no tempo. O mais difícil nestas alturas é introduzir medidas que depois sejam politicamente impossíveis de reverter e que se irão tornar parte do problema para a inflação. É muito mais fácil enviar um cheque agora e não enviar outro no futuro do que, por exemplo, atualizar os escalões do IRS e depois reverter essa atualização. Independentemente de se concordar ou não com a atual carga fiscal e despesa das administrações públicas.

Desta forma concordo com o plano de resposta à crise apresentado pelo governo. Pelo montante global e pelos condicionalismos com que é feito, apesar de algumas trapalhadas – na falta de melhor expressão – como a da atualização das pensões. Gostaria é que fosse mais progressivo e dirigido a quem realmente está exposto a uma dor acima daquilo que enquanto sociedade estamos dispostos a aceitar.

Professor na Nova SBE

Nota: versão integral do texto de Pedro Brinca, que na versão impressa do Expresso saiu cortado

ANA CORDEIRO SANTOS





SEMANÁRIO#2602 - 9/9/22

energia, os apoios anunciados não acompanham o crescimento dos preços. E isto é assim, desde logo, pelo carácter excecional e modesto de medidas muito inferiores ao acréscimo de receita fiscal que o Estado teve, só no primeiro semestre, devido a essa mesma inflação. Irá então ocorrer uma perda do poder de compra associado aos salários, pensões e prestações sociais. As previsões de redução do défice e da dívida pública deste ano são, em si, reveladoras do objetivo principal do Governo.

Antecipa-se, portanto, um aumento das desigualdades sociais, uma vez que o cabaz de compras das famílias de mais baixos rendimentos é composto pelos bens e serviços que mais aumentos sofrem, mas também pela discrepância na distribuição de rendimentos entre o trabalho e o capital. De facto, a quebra do valor real dos salários, ao mesmo tempo que um conjunto significativo de sectores continua a auferir lucros extraordinários com a crise que ficarão por taxar, traduz-se numa transferência de rendimentos dos trabalhadores para o capital superior à registada no período da troika. O limite da atualização das rendas para 2% não deixará de produzir o mesmo efeito, já que os senhorios serão devidamente compensados por via fiscal. Por outro lado, não se prevê qualquer apoio para as famílias com empréstimos à habitação. A nefasta subida da taxa de juro por parte do BCE irá trazer dificuldades acrescidas para as famílias com hipotecas, gerando fragilidade financeira acrescida na economia portuguesa.

O plano do Governo não conseguirá evitar a recessão nem combater a inflação

Com os salários, diretos e indiretos, crescentemente desalinados com a inflação, que continuará elevada no próximo ano, acentuar-se-ão as já gritantes desigualdades sociais. Por sua vez, o efeito da degradação do poder de compra sobre a procura fomentará a recessão, pondo em causa o almejado controlo da dívida pública.

As medidas de controlo dos custos da energia, que contemplam a redução do IVA sobre a eletricidade e a redução do imposto sobre produtos petrolíferos, não vão no





SEMANÁRIO#2602 - 9/9/22

Em suma, ao não resolver o problema da perda de poder de compra das famílias, o plano do Governo não conseguirá evitar a recessão, que será prejudicial ao equilíbrio das contas, nem combater a inflação, cujas causas não se encontram numa procura cada vez mais estrangulada.

Economista

○ FAÇA UM UPGRADE NA SUA CARREIRA E NA SUA ROTINA.

Conheça as pós-graduações da Nova SBE

NOVA Executive Education
NOVA SCHOOL OF BUSINESS & ECONOMICS

